

Compromisso com diretas

O coordenador do PDS, senador José Sarney, e o líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, garantiram ontem que o fato de o governo considerar a emenda Lobão inoportuna e recomendar sua rejeição não significa que as eleições para os governos estaduais em 1982 serão indiretas. «Nosso compromisso é com eleições diretas», frisou o senador, enquanto o deputado ponderava que não há necessidade de o governo assumir compromisso público com esse pleito antes da emenda Lobão ser votada até 25 de março.

Justificando a rejeição da emenda Lobão sem que o governo ofereça nada em troca, Marchezan disse: «Se o governo mandasse um projeto antes de sua votação, anularia o argumento da inoportunidade, qualquer que fosse a amplitude da nova matéria». Observou ainda para o fato de o governo, uma vez não se opondo no mérito da matéria em curso, a

conclusão lógica é que tem condições de dialogar objetivamente sobre o assunto com os partidos políticos.

Já o senador Sarney mostrou a necessidade de os políticos consumirem suas energias no processo de organização dos novos partidos para que eles sejam fortes e propiciem ao país um regime estável, ao invés de precipitarem a campanha eleitoral para o pleito de 1982, o que fatalmente correrá se a emenda Lobão for aprovada agora em março.

Sarney rejeitou a idéia de que, prejudicando a proposta do deputado Edison Lobão, o programa do PDS cairá imediatamente em descrédito, uma vez que prega eleições diretas e, na primeira oportunidade, entra em contradição. Ele rejeitou também o fato de que, com ou sem a aprovação da emenda, já existem candidatos aos governos estaduais, como o senador Jarbas Passarinho, pelo Pará, e Flávio Marcílio, pelo Ceará.

Poder a Sarney?

Estelina Faria

«Quem deve orientar esse problema de restabelecimento de eleição direta para governador é o presidente do partido, senador José Sarney, homem de gabarito e capaz de conciliar todas as tendências». A sugestão foi feita ontem pelo presidente interino da Câmara, Homero Santos, sem fazer qualquer menção ao seu companheiro do extinto PSD mineiro, o ministro Ibrahim Abi-Ackel, a quem o governo entregou a tarefa de fazer o PDS rejeitar a emenda Lobão.

«O senador Sarney deve ser investido de todos os poderes para a solução dos problemas políticos do país, para converter o PDS em um partido forte, porque só teremos um regime realmente democrático quando tivermos partidos fortes», declarou o deputado mineiro, sugerindo a transferência de poderes do ministro da Justiça, o coordenador político do governo, para o presidente do PDS.

Homero Santos fez essas declarações após filiar-se ao PDS, ontem pela manhã, na presença do senador Sarney e do deputado Prisco Viana,

secretário-geral do partido. O deputado mineiro justificou que, com sua filiação, estava se solidarizando com o presidente Figueiredo, «porque ele está cumprindo todas as promessas que fez como candidato».

Quando lembrado que há uma incoerência, uma vez que como candidato o presidente Figueiredo prometeu eleições diretas para governador e agora ordenou seus coordenadores políticos a rejeitarem a emenda Lobão, Homero Santos observou: «Uma coisa importante é que nunca vi o presidente Figueiredo dizer nada sobre rejeição da emenda Lobão. E a decisão deve ser tarefa do presidente do partido, o Sarney, porque prestigiando o presidente do partido estamos fortalecendo o partido».

O senador José Sarney completou o argumento do deputado mineiro, dizendo que «basicamente todos esses problemas têm que ser decididos pelo partido, democraticamente, integrando todas as suas correntes. E não foi outra a posição do presidente Figueiredo».